

PLP 257/2016 ameaça direitos de professores e do funcionalismo

ADunicamp, ao lado de associações de docentes e do funcionalismo público de todo o país, está mobilizada para tentar impedir a aprovação do projeto de lei complementar PLP 257/2016, que deu entrada em regime de urgência na Câmara dos Deputados, e que traz sérias ameaças às universidades e aos direitos básicos dos servidores públicos (federais, estaduais e municipais).

Alguns artigos do PLP 257, inclusive, ressuscitam conceitos dos nefastos decretos de 2007, do então governador de São Paulo José Serra, que atacavam a autonomia duramente conquistada das universidades paulistas. Convém lembrar que os decretos de Serra só foram revogados após ampla mobilização dos servidores docentes e técnico-administrativos e estudantes das universidades paulistas.

Entre outros ataques aos direitos do funcionalismo, o PLP 257 prevê a suspensão de concursos públicos, congelamento de salários, não pagamento de

progressões e outras vantagens (como gratificações) e revisão dos Regimes Jurídicos dos Servidores “para limitar os benefícios, as progressões e as vantagens ao que é estabelecido para os servidores da união”. Essas medidas estão associadas ao aumento dos cortes no orçamento das políticas sociais para o pagamento da dívida pública.

Caso venha a ser aprovado, o PLP 257 imporá aos Estados a adoção de legislações que vetam por dois anos a concessão de “vantagem, aumento, reajustes ou adequação de remunerações a qualquer título, ressalvadas as decorrentes de atos derivados de sentença judicial e a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal”. E também legislações que elevam as “alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores e patronal ao regime próprio de previdência social para 14% e 28% respectivamente”.

GRANDE MOBILIZAÇÃO

Com o objetivo de barrar os graves retrocessos previstos no PLP 257, associações e sindicatos

das universidades públicas e dos diversos segmentos do funcionalismo de todo o País estão se mobilizando para realizar manifestações nos Estados e no Distrito Federal, nos próximos dias 13 e 14. O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais vai realizar, no dia 14, em Brasília, um Ato Nacional de protesto contra o PLP.

A diretoria do ANDES-SN divulgou, nesta semana, um documento que revela em detalhes as ameaças previstas no PLP 257 aos direitos do funcionalismo público e à autonomia das universidades ([leia aqui](#)) e convocou todas as seções sindicais a se mobilizarem.

“Considerando o teor altamente prejudicial aos serviços essenciais e aos servidores públicos, é fundamental que as seções sindicais do ANDES-SN pautem urgentemente debates sobre o referido projeto. É necessário, ainda, constituirmos um amplo polo de resistência, em conjunto com as demais entidades sindicais, nos estados e em âmbito nacional”, propõe o documento do ANDES-SN.